



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão do Termo de Parceria

Relatório de Monitoramento 18º PA - SEJUSP/AGM

Belo Horizonte, 02 de agosto de 2023.

CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO ELO

18 RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO: 01 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 2023

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento (RM) visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº 02/2019, no período de 01/04/2023 a 30/06/2023 (18º Período Avaliatório - PA), com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio do Relatório Gerencial de Resultados (RGR) e dos Relatórios Gerenciais Financeiros (RGFs).

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/18 e ao artigo 52 do Decreto Estadual nº 47.553/18, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, bem como sua análise.

Para a elaboração deste relatório, frisa-se que a Comissão de Monitoramento contou com as contribuições dos servidores da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC), que possuem informações qualificadas sobre a execução dos programas que compõem a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, objeto do CG nº 02/2019.

Conforme pontuado no RGR, o 18º Período Avaliatório manteve o padrão positivo no tocante ao alcance dos resultados pactuados no instrumento, sendo importante, ainda, retomar os pontos elencados pela OS enquanto destaques na execução, como a continuidade do impacto do projeto "É na Base" nos atendimentos do Programa Mediação de Conflitos (PMC); as "Atividades de Circulação" realizadas com adolescentes e jovens do programa Fica Vivo; a participação do Programa Se Liga em festividades juninas nas unidades socioeducativas visando ampliar a articulação institucional junto às unidades e os atendimentos aos familiares e pré-egressos; a implantação do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apec) pela Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (Ceapa) em Belo Horizonte; e a capacitação das equipes e implantação do projeto de padronização do processo de arquivamento dos documentos do Programa de Inclusão de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) em todas as UPCs. **Esta Comissão de Monitoramento considera importante também inserir destaque do Programa Selo Prevenção Minas para este período avaliatório, qual seja a realização da primeira consultoria executada na RISP 10 para o município de Rio Paranaíba.** No que se refere aos produtos, será abordada no item 3 deste relatório a entrega do Produto 2.1 - Diagnóstico e mapeamento de municípios e territórios estratégicos para implantação de UPCs de base territorial. Isto posto, passa-se à análise do desempenho dos indicadores.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

No que se refere ao quadro geral comparativo entre as metas previstas e realizadas, importante destacar correções necessárias e que devem ser atualizadas nos resultados:

Indicador 1.2. – O dado correto é 2.400, e não 2.383.

A alteração se dá no mês de junho, que no RGR consta 2.331 e o dado correto é 2.283.

Correção no RGR:

Indicador 1.2		
UPC	Dado no RGR	Dado correto
Vila Pinho	34	87
Ressaca	104	103

Indicador 1.3 – O dado correto é 6.849, e não 6.834.

Correção no RGR:

Indicador 1.3		
UPC	Dado no RGR	Dado correto
Minas Caixa	7	22

Indicador 4.1 – O dado correto é 38.092, e não 38.091.

Correção no RGR:

Indicador 4.1		
UPC	Dado no RGR	Dado correto
Belo Horizonte	1.704	1.705

Indicador 4.2 – Embora tenha havido alteração na tabela específica, não houve alteração no número do indicador final.

Correção no RGR:

Indicador 4.2			
UPC	Variável	Dado no RGR	Dado correto
Belo Horizonte	AP baixadas	862	864
	AP totais	1.103	1.105

Reforça-se a sugestão de que **seja utilizada cor diferente do verde para indicação das metas não alcançadas.**

Ainda, reitera-se a solicitação para que **os produtos entregues no período avaliatório não sejam incluídos no quadro de metas e indicadores**, conforme consta no RGR. Há um quadro específico de produtos, conforme Programa de Trabalho pactuado e, por isso, os mesmos não compõem a área temática específica de indicadores e metas.

Tabela 1 – Comparativo entre as metas previstas e realizadas

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					18º Período Avaliatório Abr/23 a Jun/23	
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 18.300 •	• 30.096 •
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 1.490 •	• 2.400 •
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 5.400 •	• 6.849 •
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 2.640 •	• 3.050 •
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 6.930 •	• 7.714 •
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 43.992 •	• 52.965 •
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 300 •	• 323 •
3	Programa Se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	• 840 •	• 1.613 •
		3.2	Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social	5	• 420 •	• 773 •
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	• 540 •	• 470 •
4	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - CEAPA	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 30.600 •	• 38.092 •
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 74% •	• 74% •
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 2.250 •	• 2.068 •
5	Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional - PrEsp	5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 11.772 •	• 11.507 •
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 78% •	• 81% •
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 864 •	• 1.068 •
6	Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	6.1	Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher	2	• 87 •	• 49 •
		6.2	Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica nos municípios abrangidos pelo Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar	3	• 840 •	• 2.388 •
		6.3	Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social	3	• 120 •	• 585 •
7	Programa Selo Prevenção Minas	7.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	2	• 165 •	• 353 •
		7.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 450 •	• 548 •
		7.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 120 •	• 234 •
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número de acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 120 •	• 202 •
		8.2	Número de acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipe dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 392 •	• 451 •
		8.3	Número acumulado de participantes em Capacitações	1	• 56 •	• 2.600 •
		8.4	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	• 15 •	• 8,1 •
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPC de base territorial por período avaliatório	3	• 28 •	• 30 •
		9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas	3	• 9 •	• 9 •
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	• 100% •	• 100% •
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
18.300	30.096	158%

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
1.490	2.400	161%

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
5.400	6.849	127%

A Diretoria de Prevenção Comunitária e Proteção à Mulher - DPM corrobora com os principais pontos apresentados sobre o bom desempenho das equipes e seu impacto nos indicadores do PMC. A superação das metas previstas, especialmente em relação ao Indicador 1.1, demonstra quantitativamente o investimento na construção de intervenções que envolvam as diversas práticas de atendimento do programa. Expressa, ainda, o retorno do investimento qualitativo em primar por ações cuja premissa é o envolvimento comunitário (vide indicador 1.2) e a diversidade de técnicas voltadas ao diálogo com públicos e temáticas distintos. Complementando as análises, busca-se contribuir para o alinhamento do trabalho e sinalizar pontos de investimento pela OS para os próximos períodos de execução.

No relatório anterior, foi destacada a importância do projeto "É na base", que se encontra em sua 2ª edição, e tem contribuído sobremaneira para o fortalecimento e ampliação das articulações junto à comunidade escolar. Esse projeto fomenta espaços de diálogo para a prevenção e enfrentamento às violências contra meninas e mulheres, mobilizando e envolvendo diversos atores no contexto escolar e comunitário. O projeto tem atendido ao objetivo dos Projetos de Prevenção às Violências de ampliar o alcance e capilaridade do programa junto ao público, bem como fomentar espaços coletivos de reflexão e construção. Neste PA, como destacado pela OS, o projeto ainda tem impacto no indicador, uma vez que as ações se estenderam para além do mês de março, haja vista a disponibilidade das escolas para construção e implementação do projeto e a organização das equipes.



Quanto às oficinas, também se nota um bom desempenho no período, demonstrado pelo número significativo de atendimentos realizados, crescente consolidação dos vínculos e processos de mobilização realizados pelas oficinas. Identifica-se, ainda, que a simplificação dos processos administrativos da OS ligados à execução das oficinas tornou mais fluida a condução do trabalho de acompanhamento realizado pelas equipes técnicas. Importante destacar que esta prática de atendimento está incorporada à metodologia do programa, tendo caráter contínuo e não se configurando como apenas mais um projeto. Sendo assim, reitera-se a importância do diálogo constante entre a OS e Supec para a construção em tempo real de alternativas diante dos desafios que forem surgindo, considerando ser uma prática recente, exigindo avaliação e qualificação contínuas. O acompanhamento próximo realizado pela supervisão metodológica também se faz essencial para a garantia da execução alinhada com as diretrizes emanadas pela diretoria/Supec.



Atividade de capacitação para profissionais da comunidade. Foto: Arquivo DPM

Diante dos resultados positivos das estratégias de intervenção criadas nos últimos períodos, entende-se que o PMC está, atualmente, em um momento de desenvolvimento do trabalho, que amplia o seu alcance e evidencia sua potencialidade de transformação social nos territórios. Portanto, **entende-se ser necessária a repactuação das metas ora estabelecidas neste contrato de gestão, tornando o acompanhamento mais fidedigno aos investimentos realizados.**

Também se ratificam os apontamentos relacionados à importância da qualificação dos instrumentos e registros de dados, como são os casos de violência, acrescentando que o envolvimento efetivo dos analistas sociais nesse processo foi de suma importância na leitura de dados e assertividade das orientações. Aliado a este ponto, também há o investimento na formação dos profissionais para atuarem a partir das especificidades de cada público e consequentemente qualificar o atendimento.



Guia de Orientação Metodológica e Gestão da Informação, atualizado em Março/2023

Ainda sobre os registros, destaca-se a importância do aprimoramento no acompanhamento dos dados/indicadores, tendo em vista a ocorrência pontual, em alguns meses, de ausência de dados e/ou equívocos nos registros. Além dos setores responsáveis por esse acompanhamento – Assessoria de Gestão da Informação (AGI/Supec) e Departamento de Monitoramento e Projetos/OS – a diretoria também tem buscado acompanhar os resultados a fim de pontuar à supervisão metodológica a necessidade de intervir junto à equipe em tempo hábil. Nas situações pontuais ocorridas, foi possível a retificação dentro do período.

Quanto ao **indicador 1.1**, em comparação ao ano de 2022, percebe-se a consolidação dos vínculos e consequentemente ótimos resultados das UPCs que passaram por período de suspensão de atividades entre 2020 e 2022, retomando gradativamente as atividades no ano passado, como é o caso das UPCs Primeiro de Maio e Rosaneves/Sevilha, que têm desenvolvido ações comunitárias e fomentado articulações com resultados importantes, frente a um contexto de dinâmica criminal aquecido.



Atividade de capacitação para profissionais da comunidade. Foto: Arquivo DPM

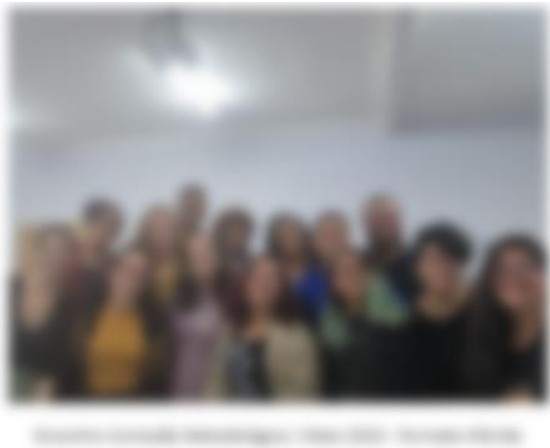
No tocante à dinâmica criminal, a DPM buscou acompanhar as informações e desdobramentos relacionados a contextos de crimes violentos/homicídios ao longo deste período, construindo e acompanhando estratégias de prevenção e proteção à vida. Como também pontuado pela OS, além dos já citados, nos territórios das UPCs Ribeiro de Abreu, Cabana, Morro das Pedras, Justinópolis e Veneza ocorreram períodos de conflito e/ou disputas relacionados ao domínio do tráfico de drogas, mudanças de lideranças e outros fatos, mas chama a atenção a ocorrência de feminicídios e homicídios cujo contexto está relacionado à violência doméstica e de gênero. O investimento na qualificação das leituras de dinâmicas criminais e sociais por parte das equipes é essencial para subsidiar a criação das estratégias de prevenção comunitária.

Com relação ao **indicador 1.2**, também se reitera as ponderações sobre os resultados obtidos, compreendendo que, a depender das práticas executadas no período e do surgimento de novas demandas que mobilizam a participação de pessoas que ainda não tenham acessado o programa, o resultado desse indicador é potencializado. É o caso dos meses e das equipes que executaram o projeto "É na base", que necessariamente acessa novas pessoas atendidas a cada edição e/ou escola contemplada.

Destaca-se que, para ampliar as estratégias de mobilização do público, a Comissão de Comunicação tem desenvolvido recursos que contribuem não só para a divulgação institucional do programa, mas também para mobilizar a participação efetiva dos moradores nos espaços ofertados nos territórios.



No que se refere ao **indicador 1.3**, é parte da atuação da diretoria fomentar as articulações institucionais, identificar entraves e construir estratégias que colaborem na prevenção às violências nos territórios de atuação. No período em destaque, a partir de construções na Comissão Metodológica e em parceria com os gestores sociais que a compõem, foi elaborado um formulário para diagnóstico atualizado sobre os principais entraves e facilitadores nas articulações com alguns atores da rede, tais como Polícias Militar e Civil, Universidades e Faculdades, Defensoria Pública, entre outros. O objetivo é que, a partir dessas informações sejam pensadas estratégias - locais e institucionais - que auxiliem a qualificar fluxos e a própria participação do PMC nos espaços.



Ressalta-se, ainda, o envolvimento ativo da DPM em comissões, palestras e redes que trabalham a temática da violência de gênero e resolução pacífica de conflitos, movimento importante para o programa, que tem no público feminino a maioria dos atendimentos.

Diante do apresentado, valida-se os resultados e justificativas apresentadas para o período, reforçando os pontos de análise e de aprimoramento para os próximos RGRs.

Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
2.640	3.050	115%

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
6.930	7.714	111%

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
43.992	52.965	120%

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
300	323	108%

Conforme aludido pela OS, este 18º PA reverbera os esforços empenhados no desenvolvimento e alcance das metas pactuadas. Desde o início da retomada das atividades após o período de pandemia, os profissionais envolvidos nas ações do Programa Fica Vivo! têm buscado estratégias de solução dos inúmeros desafios postos, resultado disso foi o alcance de todos as metas dos indicadores do programa no presente PA.

Destaca-se as ações tanto em plano macro, como micro, que têm fortalecido as atividades metodológicas dos programas da Política de Prevenção Social à Criminalidade. No âmbito do Programa Fica Vivo! este destaque perpassa, sobretudo, pela execução dos projetos locais e de circulação, além da realização do Seminário em comemoração aos 20 anos do Programa – que ocorreu no mês de julho, mas cujos preparativos se estenderam a todo este período avaliatório.

Para além dos elementos indicados pela OS, cabe destacar o apaziguamento na dinâmica das violências e da criminalidade nos territórios de atuação do programa. Segundo levantamento realizado pela gerência de intervenção estratégica, 18 dos 32 macro territórios de atuação da base local estão com mais de 100 dias sem ocorrências de homicídios consumados, destacando a Pedreira Prado Lopes em BH com 846 dias sem homicídios até 30/06/2023, Ressaca/Contagem na RMBH com 827 dias, e Jardim Canaã/Uberlândia com 926 dias sem homicídios. Tal realidade também impacta positivamente nos atendimentos realizados pelo programa.

No que tange **os indicadores 2.1 e 2.3**, a DPJ considera plenamente satisfatórias as análises apresentadas pela OS.

Quanto ao **indicador 2.2**, que trata da média mensal de jovens participantes nas oficinas considera-se importante ainda mencionar, sobre à UPC Morro das Pedras/BH, o fortalecimento da equipe mediante mudanças recentes ocorridas em sua configuração. O mesmo pode ser válido para a equipe da UPC Morumbi/Uberlândia.

Por fim, quanto ao **indicador 2.4**, que trata do número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas, o formato das análises apresentadas também atendeu às expectativas referentes ao período avaliatório. Nos últimos períodos os resultados vinham chegando próximo ao patamar estabelecido, contudo sem alcançar a meta, de modo que a superação nesse 18º PA merece destaque. Percebe-se também avanço na exploração das justificativas, motivações e análises quanto a reuniões com o GEPAR cuja realização não foi possível conforme o planejado, o que contribui para a percepção sobre o esforço dos atores envolvidos nesta implementação.

Área Temática 3: Programa Se Liga

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
840	1.613	192%

Indicador 3.2 Número acumulado de ações estratégicas com a rede de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
420	773	184%

Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas		
Meta	Resultado	Desempenho
540	470	87%

Inicialmente, pontua-se a qualidade analítica e descritiva contida no RGR quanto aos indicadores do Programa Se Liga. O acompanhamento detido de todos os processos de trabalho que envolvem a execução do programa, a manutenção de espaços quase cotidianos de orientação, capacitação e qualificação dos profissionais do Se Liga e os espaços de formação continuada de equipes e gestores sociais são exemplos de ações focalizadas no segundo semestre de 2022 e continuadas em 2023, e que tem trazido os impactos positivos nas ações. Espera-se que os resultados sejam constantemente aprimorados, demandando uma repactuação de metas mais condizente com a realidade atual no próximo Programa de Trabalho.

A DPJ considera que, para além dos elementos indicados, merece destaque o esforço empenhado pela OS parceira em atender a demanda de apresentação do desempenho das metas por UPC do Se Liga. Tal possibilidade qualifica a atuação do corpo de gestão da administração pública estadual.

No que se refere ao **indicador 3.1**, a DPJ coaduna de todos os elementos indicados na análise.

Quanto ao **indicador 3.2**, chama a atenção a discrepância na ação “Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas” entre as UPCs BH/RM/CM e ZM (exemplos: 22 e 431) e as demais ações previstas neste indicador executadas pela UPC ZM. **Considera-se, portanto, necessária uma análise detida por parte dos analistas sociais sobre a quantificação da referida ação. Nesse sentido, propõe-se o acompanhamento mais próximo destes dados no próximo período avaliatório.**

Pontua-se que o **indicador 3.3, número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas**, foi o único cuja meta não foi plenamente alcançada. Isso posto, a DPJ espera que, em conformidade com o exposto no RGR, sejam verificados impactos positivos nos próximos períodos, em razão das ações já realizadas nos primeiros meses do corrente ano.

Área Temática 4: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
30.600	38.092	124,5%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
74%	74%	100%

Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
2.250	2.068	91,9%

De forma introdutória, objetivando apresentar alguns elementos que impactaram o desempenho dos indicadores, destaca-se a inauguração da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Varginha e, consequentemente, o impacto das ações junto a rede para consolidar a chegada do programa neste município.

Ademais, ainda referente ao impacto esperado com a chegada dos automóveis para as Unidades de Divinópolis e Sete Lagoas, a expectativa é que o fortalecimento junto à rede parceira seja consolidado e se mantenha como ação contínua do programa, conforme orientação da Diretoria de Alternativas Penais - DAL.

No indicador 4.1, destaca-se o alcance integral da meta para o período avaliado, no entanto verificou-se uma pequena inconsistência no dado apresentado, conforme já pontuado no início deste relatório. O número de atendimentos da UPC de Belo Horizonte é de 9.336 e não 9.335.

Destaca-se ainda o **desempenho insatisfatório e de forma recorrente do município de Divinópolis** no tocante a esse indicador. Conforme apontado de forma reiterada em relatórios anteriores, este município carece de **fortalecimento da porta de entrada e urge pela construção de um plano de ação que consolide a Política de Alternativas Penais junto ao Poder Judiciário**. Espera-se que sejam construídas ações conjuntas com a DAL para atender essa necessidade, sendo de responsabilidade da gestão social apontar seu limite de intervenção e marcar a necessidade da entrada de outros atores estratégicos nessa articulação. As estratégias apresentadas recorrentemente não têm sido suficientes.

A título de registro, destaca-se o baixo desempenho apresentado para esse indicador nos municípios de Araguari e Varginha. No entanto, pondera-se que se tratam de unidades recentemente implantadas, o que justifica o montante ainda incipiente. Espera-se que no próximo período avaliado esses municípios apresentem dados mais próximos dos pactuados internamente por UPCs, tendo em vista o fortalecimento das portas de entrada de forma gradativa, cenário típico para unidades recém implantadas.

Noutro giro, ratificando as considerações apresentadas no RGR, destacam-se os municípios com resultados muito superiores àqueles pactuados, como nas unidades de Betim, Uberaba e Ribeirão das Neves. Conforme apontado, reiteradamente, **os municípios de Betim e Uberaba demandam uma análise e intervenção urgente para ajuste desta ação, haja vista que esse número elevado de atendimento não tem sido suficiente para agregar qualidade às ações executadas**. Exemplo disso poderá ser comprovado a partir da análise do indicador 4.2, que será apresentada no item subsequente deste relatório e que evidenciará o desempenho insatisfatório nesses municípios. Ressalta-se ainda, a necessidade de **apresentar justificativas para o município de Contagem** que, assim como os municípios supracitados, de forma recorrente, demonstra um desempenho muito superior ao pactuado por UPC.

No indicador 4.2, nota-se que a meta pactuada foi alcançada. No entanto, ressalta-se a pertinência em destacar as análises para aqueles municípios que apresentaram resultados muito inferiores, tais como os evidenciados nas justificativas apresentadas para as UPCs de Betim, Ipatinga e Uberaba.

Conforme já sinalizado nas análises do indicador 4.1, sugere-se **aprimorar o diagnóstico para os municípios de Betim e Uberaba que, apesar de apresentarem números elevados de atendimentos, essa ação tem se mostrado ineficaz para contribuir com o adimplemento da alternativa penal**, uma vez que, paradoxalmente, apesar do investimento nessa frente de trabalho, o número de alternativas penais cumpridas tem sido insatisfatório diante do montante de baixas realizadas.

No tocante aos resultados apresentados para o município de Ipatinga, conforme destacado ao longo de todo ano, **é incontestável a necessidade de construir um plano de ação para identificar, atuar e corrigir elementos que têm impactado continuamente o desempenho insatisfatório do município para esse indicador**. Cabe dizer ainda que **é inconcebível sustentar números tão baixos, de forma recorrente** sem que sejam apresentadas uma leitura fidedigna e uma intervenção assertiva. **É urgente a necessidade de intervenção neste município para além de tecer justificativas para o não alcance da meta**.

Ressalta-se ainda a pertinência em trazer análises para o município de Ibirité que, apesar de não demonstrar resultados consideravelmente abaixo da meta pactuada, apresentou, nos últimos dois meses do período avaliatório, uma redução no seu desempenho para esse indicador. **Sugere-se a OS que complemente as análises apresentadas apontando as inconsistências observadas no município de Ibirité**.

A DAL ratifica as demais análises apresentadas sobre a importância da *regularidade de monitoramento do cumprimento* e do *acompanhamento sistemático e regular* e seu impacto no indicador 4.2. No entanto, haja vista que essas são ações contínuas e orientadoras para o trabalho, uma vez identificada a fragilidade dessa frente no acompanhamento da prestação de serviços à comunidade, faz-se necessário investir nas ações com a rede parceira. Notoriamente, não seria inesperado constatar uma fragilidade no alcance do indicador 4.3 como será evidenciado na análise subsequente.

No indicador 4.3, constata-se que, de forma cumulada, a meta pactuada para o período avaliatório não foi alcançada, no entanto destaca-se um aumento considerável quando analisado o executado nos dois últimos meses do período avaliado. Retomando as justificativas apresentadas no relatório anterior e, coadunando com as análises do RGR, os resultados apresentados evidenciam o investimento e organização das equipes para execução dessa frente, ou a falta dela em alguns municípios.

Antes de tecer os comentários acerca do desempenho insatisfatório de alguns municípios, cabe ressaltar a importância dessa frente para a consolidação de uma Política de Alternativas Penais efetiva. As articulações diretas com a rede e com o Poder Judiciário, como forma de garantir a ação integrada entre entes federativos, sistema de justiça e comunidade para desencarceramento é fundamental para conceber a rede de penas e medidas alternativas como um dos atores que materializam a Política de Prevenção à Criminalidade. Sendo assim, torna-se de grande relevância a participação de diversas instituições comprometidas com o processo de execução desta política, dando visibilidade para a pauta e fortalecendo as articulações de rede.

Dito isso, conforme destacado nas análises do indicador 4.1 e 4.2 para os municípios de Betim e Uberaba, cabe desenvolver uma leitura articulada entre o desempenho dos dois indicadores para esses municípios e o impacto incipiente produzido a partir da execução do indicador 4.3. Nota-se que apesar dos resultados satisfatórios no indicador 4.3, as ações produzidas não têm reverberado positivamente nos demais indicadores, como esperado, tomando como ponto de partida as análises produzidas no RGR quando apresentadas as dimensões da *regularidade de monitoramento do cumprimento* e do *acompanhamento sistemático e regular* como ponto de interseção entre os indicadores.

Nesse sentido, sugere-se a OS que aprimore a análise acerca das dimensões apresentadas, uma vez que a justificativa de interlocução entre as ações não tem se mostrado suficiente para atingir resultados mais satisfatórios.

Ratificando as análises trazidas no RGR, os municípios de Belo Horizonte e Governador Valadares têm apresentado, de forma recorrente, resultados muito aquém daqueles pactuados, evidenciando o baixo investimento na organização das equipes para execução dessa frente de trabalho. Ademais, recomenda-se uma análise atenta para o desempenho do município de Contagem que vem apresentando um declínio nesse indicador, principalmente quando considerada a execução dessa ação nos dois últimos meses do período avaliado. Tal informação não foi apontada como uma inconsistência.

Por outro lado, destacam-se os municípios de Araguari e Varginha que, por se tratarem de municípios de recente implantação, apresentam resultados muito acima do pactuado. O desempenho desses municípios retrata a importância na consolidação do programa e no fortalecimento das portas de entrada de forma alinhada com as orientações da DAL. Tal oscilação está dentro do esperado para municípios de implantação.

Área Temática 5: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Indicador 5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp		
Meta	Resultado	Desempenho
11.772	11.507	97,7%

Indicador 5.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório		
Meta	Resultado	Desempenho
78%	81%	103,8%

Indicador 5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
864	1.068	123,61%

A Diretoria de Atendimento ao Egresso do Sistema Prisional (DIE), a partir da análise dos dados apresentados pela OS em relação ao **indicador 5.1**, a meta não foi plenamente alcançada. Contudo, ressalta-se que o resultado foi melhor se comparado ao período avaliatório anterior: de 94,86% no 17º PA para 97,74% no 18º, ou seja, 339 atendimentos a mais do que no primeiro trimestre de 2023, o que representa uma conquista importante na implementação do programa, que entre abril e junho de 2023 conseguiu alcançar a marca de 5.923 atendimentos, numerário superior ao que foi estabelecido para os referidos 3 meses.

No âmbito do **indicador 5.1** destacam-se as seguintes situações:

A UPC de **Belo Horizonte**, em relação ao trimestre anterior, teve resultados positivos, mas ainda com desempenho aquém do esperado. Nota-se uma elevação de 8,25% no número de atendimentos e, para além de uma elucidação deste indicador no trimestre, é necessário observar elementos mais específicos de cada mês da execução, já que em um mesmo período avaliatório temos o menor e maior resultado (respectivamente maio e junho de 2023) em relação aos números de atendimentos no ano. Compreender tais oscilações em um período curto poderá contribuir para que sejam construídas melhores estratégias diante do momento vivenciado pela equipe, que requer acompanhamento próximo, dados os resultados alcançados até o momento – ressalvadas as especificidades de cada município, outras equipes têm conseguido resultados proporcionalmente maiores, quando levado em consideração apenas o número de atendimento por analistas sociais. Acerca de mudanças no corpo técnico da equipe e da mudança de endereço da UPC, cumpre destacar que essas alterações aconteceram de forma planejada e com certa previsibilidade, e foram, portanto, acompanhadas e compartilhadas entre Estado e OS, a fim de mitigar os potenciais impactos negativos. Diante do aumento no número de atendimentos, verifica-se que tais estratégias foram adotadas e, para os próximos meses, sugere-se a continuidade e potencialização destas ações, que deverão constar no próximo RGR. Contudo, há de se destacar que anteriormente a tais mudanças, a meta de atendimentos já não estava sendo alcançada, portanto, é preciso identificar, apontar e atuar sobre outros fatores que contribuem para os resultados da equipe.

A UPC de **Vespasiano** não alcançou em nenhum mês do presente período avaliatório (assim como em todo ano) os resultados esperados. Nota-se que foram alcançados resultados idênticos nos dois períodos de 2023, em ambos foram realizados 188 atendimentos e, portanto, não houve aumento em relação ao período avaliatório anterior. É importante criar e estabelecer novas estratégias que reverberem no aumento dos atendimentos realizados no município. Desde a chegada do PrEsp em Vespasiano, tem-se o conhecimento e foram traçadas estratégias para superar os desafios existentes no tocante à localização da UPC e mobilidade do público do município. Entretanto, a meta de atendimento estabelecida reiteradamente não tem sido alcançada.

Na UPC de **Ipatinga** também teve desempenho abaixo do esperado em todos os meses do período avaliatório. Nessa perspectiva, sugere-se atenção às situações em que se é possível atuar com certa previsibilidade. No caso, a questão de feriado mencionada não pode ser considerada uma justificativa válida para o declínio de atendimentos, haja vista que tal situação foi vivenciada por todos os outros municípios, sendo possível antecipar estratégias. Ademais, para o estabelecimento de metas leva-se em consideração que a cada mês o número de dias úteis não é o mesmo. Do mesmo modo, a questão de férias de uma analista também precisa ser considerada no planejamento de trabalho da equipe técnica, a fim de que os impactos da ausência por este motivo sejam mitigados. Nessa perspectiva, concorda-se parcialmente com a justificativa apresentada para o mês de junho, já que, além de uma situação atípica e imprevisível, havia férias de uma analista programada para o período, fato este previsível.

Quanto a UPC de **Divinópolis**, observa-se uma leve variação no número total de atendimentos se comparado ao trimestre anterior. Destaca-se uma oscilação significativa no mês de abril de 2023, em que o número de atendimentos realizados foi um pouco mais de 50% do previsto. No mês de maio, observa-se recuperação e o valor alcançado foi muito próximo ao esperado. Contudo, em junho, houve novo declínio não tão significativo como de abril, mas ainda considerável. Portanto, é preciso atentar-se às variações bruscas de modo a evitá-las e manter estratégias como a mencionada (p. 75) que repercute no acesso, sobretudo do público egresso (seja inscrição ou acompanhamento) ao PrEsp, já que por vezes as atividades com pré-egressos nas unidades prisionais são impactadas por questões alheias ao programa.

Em relação a **Montes Claros** nota-se que novamente a meta não foi alcançada, todavia percebe-se que o maior impacto do período foi o número alcançado no mês de abril, em que a mudança de espaço gerou, conforme mencionado no relatório, significativo impacto nos atendimentos. Contudo, concorda-se que a equipe nos meses de maio e junho alcançou bons resultados, conseguindo superar os desafios que se apresentaram no mês anterior. É importante estar próximo à equipe para garantir a manutenção dos resultados positivos qualitativos ou quantitativos.

Já os municípios de **Betim**, **Ribeirão das Neves** e **Santa Luzia** tiveram resultados dentro do esperado e assim como o período anterior, manteve-se em todos os meses o alcance da meta. Contudo, em relação ao período avaliatório anterior houve um decréscimo no número de atendimentos alcançados, mas isso não impactou no alcance dos números esperados por cada município. Em **Betim**, houve a menor variação entre os resultados do período avaliatório deste ano (em relação aos municípios apontados neste tópico). **Ribeirão das Neves**, por sua vez, mesmo sem a coleta de assinaturas, tem conseguido superar o resultado no período. Torna-se importante, portanto, constar no RGR as ações e questões relativas ao trabalho das equipes nesses municípios que podem estar contribuindo para o alcance de bons resultados no local. É importante constatar o que tem sido feito nos municípios aqui apontados que possa ser replicado em pontos de trabalhos comuns aos demais e, de certa forma, contribuir para a disseminação de boas práticas em outros locais que têm encontrado maior dificuldade para alcance das metas. Ações exitosas podem ser incorporadas e/ou potencializadas nos outros municípios, sempre considerando às especificidades de cada equipe e município de atuação.

Importa aqui destacar a elevação dos resultados, se comparado ao trimestre anterior, dos municípios de **Contagem, Governador Valadares, Ibirité, Juiz de Fora, Sete Lagoas, Uberaba e Uberlândia**. Destes alcançaram (e superaram) a meta acumulada para até o momento os municípios de **Contagem e Juiz de Fora**, onde tiveram destaque as atividades coletivas realizadas para o público egresso acompanhado e familiares, o que diversifica e amplia a capacidade de atuação do PrEsp. Alcançaram a meta no período os municípios de **Ibirité, Governador Valadares, Sete Lagoas, Uberaba e Uberlândia**. Nestes, é preciso considerar também os fatores que contribuíram para o salto quantitativo e qualitativo do trabalho para manutenção e fortalecimento das ações. Com atenção ao equilíbrio de ações com pessoas egressas e pré-egressas do sistema prisional, bem como relacionadas aos atendimentos individuais para inscrição e acompanhamento, conciliado com a realização de atividades coletivas. Ademais, é importante também no RGR apresentar elementos deste indicador na UPC de **Uberlândia**.

Quanto ao **indicador 5.2**, o resultado alcançado foi satisfatório e as justificativas apresentados pela OS condizem com o trabalho que vem sendo executado. Discorda-se apenas da justificativa apresentada para o mês de abril de 2023 para o município de Ipatinga, no que se refere aos impactos ocasionados pelo feriado, já que se trata de algo previsível e para todos os municípios, exigindo planejamento para mitigação de possíveis problemas. Também se discorda, parcialmente, no tocante a UPC de Belo Horizonte, já que desde o último trimestre do ano passado observa-se queda neste indicador, o que requer exame mais amplo acerca de questões do município que devem ser objeto de intervenção da OS.

Em relação ao desempenho deste indicador, **solicita-se atenção aos municípios de Belo Horizonte, Divinópolis, Ipatinga, Uberlândia e Vespasiano** que tiveram números aquém do esperado, o que não necessariamente é algo negativo já que representa a maior chegada de público para a inscrição neste período. O desafio para os próximos meses é fortalecer o acompanhamento das novas pessoas egressas que acessaram o PrEsp. Acerca do município de Uberlândia faz-se necessário estar próximo a tal município de modo a construir estratégias de maneira a conciliar todas as frentes de trabalho que o PrEsp precisa assumir, inclusive a "busca ativa" do público, que é fundamental para construção de vínculos e acompanhamento do trabalho.

Também **se solicita atenção ao trabalho aos municípios de Ibirité, Juiz de Fora e Ribeirão das Neves** que superaram de modo significativo o percentual de adesão, o que não necessariamente indica algo negativo, pois diz da realização de atendimentos para acompanhamento, mas é preciso equilibrar tal percentual de modo que acesso de novas pessoas egressas ao PrEsp também seja favorecido.

Destaca-se que houve avanços por parte da OS na apresentação das informações deste indicador, já que a maneira individualizada contribui para a melhor compreensão da execução do trabalho, em especial, do acompanhamento realizado em cada município.

Quanto ao **indicador 5.3**, o resultado alcançado foi superior à meta estabelecida, alcançando o percentual de 123,61%. Entre os meses de abril e junho de 2023 as equipes de todos os municípios realizaram o número de articulações bem próximo ao esperado, com pequenas variações, sendo que grande parte ultrapassou o número estabelecido. Todos os municípios superaram, individualmente, a meta acumulada proposta, com exceção de Belo Horizonte que cumpriu 96,29% do número cumulado previsto para janeiro a junho de 2023. Apesar de não ter conseguido alcançar o esperado, conforme registrado no RGR, em comparação ao trimestre anterior houve aumento de 36,36% nos números de articulações realizadas, o que reflete o esforço para a correção de processos realizados pelos responsáveis pela implementação do PrEsp no município.

Sobre a UPC de Uberaba, embora tenha sido destacado o não alcance da meta no mês de junho (dada uma variação para menos de 20%), nos meses anteriores a este período os numerários alcançados foram superiores ao esperado, o que não impactou no resultado geral da equipe daquele município.

Por fim, valoriza-se o detalhamento dos trabalhos no âmbito deste indicador apresentado pela OS, pois para além dos resultados quantitativos, é possível acessar informações importantes das articulações realizadas junto a rede parceira.

Área Temática 6: Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

Indicador 6.1 Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
87	49	56,3%

Indicador 6.2 Número acumulado de atendimentos a mulheres em situação de violência e a homens autores de violências contra a mulher		
Meta	Resultado	Desempenho
840	2.388	284,3%

Indicador 6.3 Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal		
Meta	Resultado	Desempenho
120	585	487,5%

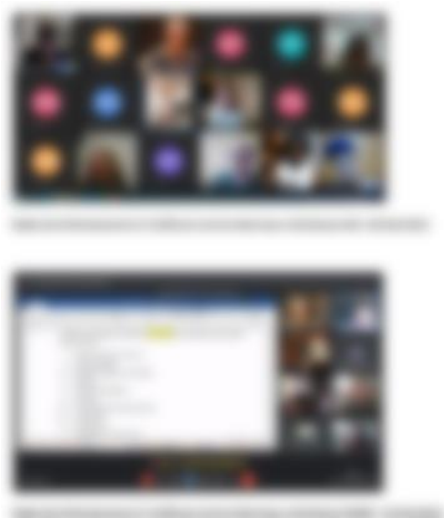
O Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência, construído conjuntamente pelos programas Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA) e Programa Mediação de Conflitos (PMC), tem se desenvolvido de forma satisfatória. Ao longo do trimestre avaliatório as diretorias de cada programa têm realizado reuniões mensais para discussão sobre o desenvolvimento do trabalho e os desafios que se apresentam na ponta. Este espaço é importante para uma análise ampla e crítica sobre o desenvolvimento do projeto em cada comarca, bem como para a construção de estratégias para o fortalecimento da pauta e de intervenções de prevenção a violência contra a mulher.

A fim de introduzir alguns elementos de análise que impactaram de forma geral o desempenho dos indicadores, cabe contextualizar que este é o primeiro período avaliatório que o projeto está com as três unidades implantadas (estrutura física e contratação completa da equipe). Diante do exposto, esperava-se que todos os municípios respondessem pelos indicadores de todo o projeto. Contudo, isso não ocorre conforme detalhamento que se segue.

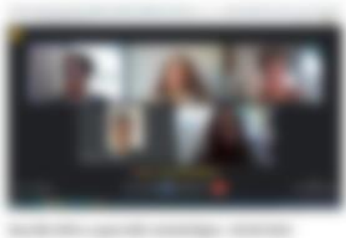
Cabe destacar que a OS aponta que os indicadores internos são "distribuídos igualmente entre as unidades", porém é considerado o cenário de inauguração e o tempo de funcionamento da UPC. Portanto, unidades recém implantadas têm metas inferiores.

Sugere-se, ainda, que no próximo RGR seja apresentada, comparativamente, a meta e os resultados alcançados em cada UPC.

Ainda nas considerações gerais, no 18º PA, a DPM realizou reuniões junto às gestões sociais com objetivo de fortalecer a atuação estratégica destes atores, auxiliando nos entraves encontrados e no fortalecimento da pauta junto à rede de proteção e ao Poder Judiciário. Ainda, esteve presente em espaços institucionais que dialogam com a temática da violência contra meninas e mulheres, com objetivo de conhecer e firmar novas parcerias institucionais e apresentar as ações realizadas pela política de prevenção social à criminalidade no tocante a pauta.



A DPM se reuniu também com a OS, por meio dos supervisores metodológicos, para atualizar o guia metodológico. Tal ferramenta visa subsidiar as equipes do PMC, fornecendo instrumentos teóricos e orientativos para a construção das diversas ações realizadas cotidianamente pelas equipes, além de padronizar o preenchimento dos instrumentais, necessários para a consolidação da política pública em questão.



No que toca o **indicador 6.1**, a meta estabelecida para o período avaliatório não foi alcançada. Conforme apontado pela OS, os municípios de Curvelo e Pouso Alegre passam por um contexto semelhante no tocante à porta de entrada proveniente de articulação com o Poder Judiciário para o encaminhamento de Medidas Protetivas de Urgência e acompanhamento na metodologia proposta de ações de responsabilização com homens autores de violência contra às mulheres.

Embora o município de Barbacena apresente uma situação diferente dos demais, também não alcançou a meta no primeiro mês do período. Mas os indicadores avançaram ao sustentar a entrada e acompanhamento de casos, tendo melhor desempenho dentro do projeto e cenário de prognóstico dentro do esperado. E conforme apontado no último relatório, a UPC de Barbacena iniciou e continua com o grupo no formato aberto (podendo ter entrada de novos participantes) e nesse período também está executando grupo no formato fechado (grupo fixo de participantes).

A UPC de Curvelo segue com o cenário apresentado no último período, ou seja, permanece ainda com um número bem inferior de pessoas encaminhadas para o programa, o que consequentemente reflete no referido indicador, além de seguir com a execução de um grupo no formato aberto. No que toca ao ponto apresentado pela OS, que a unidade ainda enfrenta o desafio da ausência de um fluxo de casos que favoreça o pleno funcionamento, e que tal desafio tem sido alvo de intervenções da diretoria do programa CEAPA, destaca-se a reunião realizada pela Supec no dia 28/06/2023 junto aos oficiais de justiça, no Fórum de Curvelo. Portanto, espera-se um progresso nos próximos meses a fim de favorecer a melhoria destes atendimentos.

A UPC de Pouso Alegre segue sem contribuir com o indicador 6.1, pois ainda não foi realizada a pactuação para fluxo de encaminhamentos para o Programa Ceapa. Corroborando com a OS, apesar da unidade já estar em funcionamento e com a equipe capacitada, ainda não recebeu público de homens autores, o que impossibilitou o início da execução de um grupo. Sugere-se que a OS aprimore as análises trazendo elementos que evidenciem essa fragilidade na porta de entrada.

Portanto, conforme apontado no relatório anterior, esperava-se um progresso no próximo período, inclusive a partir das três unidades em pleno funcionamento, o que contribuirá para o alcance da meta. Sem embargo, seguimos no mesmo cenário apresentado anteriormente neste indicador: dos três municípios apenas dois estão com o fluxo pactuado com o Poder Judiciário para encaminhamento para o programa e em um deles o resultado ainda é muito embrionário. E, novamente, embora a meta não tenha sido alcançada, observa-se um aumento no número de grupos se comparada ao período avaliatório anterior (no 17º período foram realizados 18 grupos, já no 18º saltou para 31).

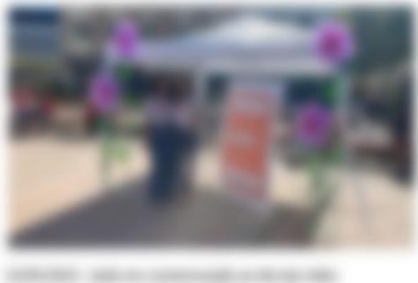
No que tange o **indicador 5.2**, sobre a atuação do PMC, corrobora-se com a análise da OS, haja vista o alcance dos indicadores pelas equipes que implementam a metodologia no projeto.

A UPC de Curvelo tem executado um trabalho com resultados consolidados, o que fica evidente durante o referido período avaliatório. Destaca-se o mês de maio de 2023, em que foram realizados 127 atendimentos, destacando os atendimentos individuais e os projetos. Com relação às demandas espontâneas trabalhadas pela equipe, 76% dizem respeito diretamente a casos de violências. Neste sentido, entende-se que o público-alvo tem conseguido referenciar o programa enquanto política pública que atua na temática da violência de gênero. O trabalho no município tem se evidenciado também ao expandir-se para um novo território: o Bairro Ponte Nova. O novo ponto de atuação potencializa o acesso a mulheres em situação de vulnerabilidade social e violências, a partir do estabelecimento de vínculos junto a referências comunitárias e a rede local da região. Por fim, observa-se que a equipe técnica do PMC tem conseguido trabalhar a sua atuação de forma estratégica, considerando que 82% dos atendimentos realizados pela equipe chegaram de forma voluntária até a UPC ou aos locais de atendimentos itinerantes por meio de divulgação do programa.

Corrobora-se com a OS em relação aos resultados apresentados pela UPC de Barbacena. Após a finalização do diagnóstico, verifica-se uma crescente dos atendimentos realizados no respectivo período avaliatório, uma vez que foram intensificadas as intervenções nos territórios identificados como estratégicos, ou seja, com alto índice de violência contra a mulher e vulnerabilidade social. A maior parte das práticas realizadas pela equipe foram em atendimento individuais com demandas relacionadas a conflitos familiares, localizando-se 26% de casos que apresentaram diretamente demandas de violência. O baixo número de demandas iniciais de violência corrobora com a leitura de que a violência contra a mulher ainda se apresenta de forma velada ou naturalizada, sendo importante um trabalho de sensibilização e visibilidade sobre a temática no município. Nesse sentido, a equipe tem executado "Projetos de Prevenção às Violências", podendo ser citado o projeto É Na Base!, que trabalhou a prevenção a violência de gênero com crianças e adolescentes, promovendo espaço de diálogo e de acesso a direitos. O perfil das pessoas atendidas pelo PMC em Barbacena é composto, em sua maioria, por mulheres de 30 a 49 anos de idade, sendo que 68% chegaram à UPC por meio de divulgação institucional. Ressalta-se que o trabalho da OS, na figura da gestão social e da supervisão metodológica em construir um plano de ação para direcionar o trabalho foi essencial para a potencialização dos resultados nos territórios apresentados como estratégicos.

Por sua vez, a UPC de Pouso Alegre vem realizando o diagnóstico que baseia na construção de estratégias de intervenção do PMC município. Cabe salientar que apenas no período avaliatório atual é que a equipe técnica ficou completa e, a partir disso, tem construído novas formas de atuação. Durante a execução do diagnóstico, a equipe vem se fazendo conhecida no território e tem recebido casos individuais de violência iminentes e violências institucionais, contabilizando 11 atendimentos em maio e 9 em junho. Tais

casos vem repercutindo em significativas intervenções na prevenção e na proteção das mulheres no município.



Ainda no indicador 6.2, no que se refere à metodologia da CEAPA, nota-se que além do alcance integral ocorreu a superação da meta pactuada. Contudo, destaca-se que no tocante ao número acumulado de atendimentos a homens autores de violências contra a mulher, a UPC de Pouso Alegre também segue sem contribuir com esse indicador. No mês de maio iniciam-se alguns atendimentos do Programa PMC, contudo permanece com o resultado aquém da meta.

Já os municípios de Barbacena e Curvelo atingem o que foi pactuado internamente para estas UPCs.

Conforme supramencionado a fragilidade na porta de entrada e no fluxo de encaminhamento para o programa em dois municípios (Curvelo e Pouso Alegre), acarretou o baixo número de casos inscritos para acompanhamento, o que comprometeu o indicador 6.1 e consequentemente o número de atendimentos a homens autores de violências contra a mulher, apesar do alcance da meta no indicador 6.2.

Nos municípios de Barbacena e Curvelo é possível perceber um aumento do número acumulado de atendimentos, realizados pelo projeto no âmbito da CEAPA, se comparado ao período anterior. Com destaque para o município de Barbacena que realizou 763 atendimentos, o que é favorecido devido a uma maior consolidação de fluxos com o sistema de justiça.

Assim sendo, seguimos com o cenário apresentado no último relatório: das três unidades apenas duas – Barbacena e Curvelo – estão executando os atendimentos aos homens autores de violência contra a mulher (atendimentos de inscrição, atendimentos individuais de acompanhamento, atendimentos grupais).

Novamente cabe destacar a importância em avaliar de forma contínua a execução da porta de entrada do programa por meio das articulações com o Poder Judiciário local, e revisitar o fluxo pactuado, tomando essa frente como ação permanente da gestão social, de forma a impulsionar o número de novas inscrições e consequentemente contribuir para o alcance dos indicadores 6.1 e 6.2. Conforme apontado pela OS *“uma lógica de Programa, que funciona como uma roda na qual os indicadores conversam entre si, a baixa entrada de casos conduz, em efeito cascata, a um baixo número de atendimentos, seja na modalidade individual ou coletiva”*.

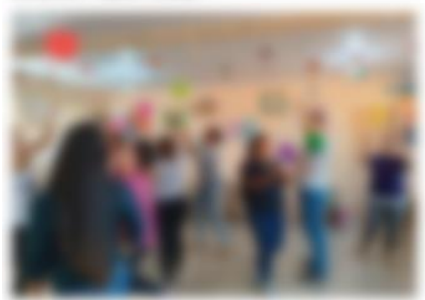
No **indicador 6.3**, também foi corroborada pela DPM a análise da OS no que diz respeito aos indicadores de ações junto às redes de proteção social. As equipes técnicas do PMC desde o início do trabalho realizado pelo Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Responsabilização de Homens Autores de Violência, têm construído pontes junto à rede a fim de fomentar o diálogo pautado na prevenção e enfrentamento às violências de gênero. De forma geral, é perceptível o reconhecimento da rede local diante do trabalho realizado pela Prevenção, como pode ser demonstrado pelos resultados obtidos em Curvelo, que rompeu os desafios da sua implantação e hoje tem sido referenciada não só pela rede formal, mas também pelos moradores e moradoras dos territórios onde atua, haja vista a recorrência dos encaminhamentos de casos envolvendo diversas situações de violência e o próprio público que tem chegado à equipe de forma espontânea, legitimando os serviços públicos ofertados. Além disso, a criação e consolidação da “Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher” no município é movimento instaurado pela gestora responsável no município pelo projeto e, hoje, é espaço fundamental de articulação e trabalho na temática.

Em Pouso Alegre por sua vez, a equipe tem demonstrado empenho na aproximação e diálogo com a rede local e possui uma análise crítica da dinâmica social dos territórios. Destaca os desafios da atuação dos serviços da rede de proteção perante os atendimentos às usuárias, fenômeno este que se apresenta no diálogo com as mulheres atendidas pelo programa, mas também nas entrevistas realizadas no diagnóstico. O desafio da consolidação da pauta e envolvimento da rede em estratégias de prevenção e enfrentamento ao fenômeno é ponto de trabalho que se considera prioritário para o aprimoramento das intervenções, permitindo a construção de novos repertórios no município e criação conjunta de estratégias.

Os demais resultados apresentados pela OS demonstram que não é possível a execução de intervenções sem que ocorra articulações com a rede de proteção, já que o foco do projeto se apresenta como a de uma violência multicausal, que exige um olhar sistêmico e integral para o enfrentamento do fenômeno.

Dito isto, é notável o desempenho realizado no âmbito do projeto diante do cuidado no acolhimento, na promoção de uma escuta empática e qualificada além das construções realizadas junto às mulheres atendidas, com objetivo de auxiliar no seu processo de autonomia e emancipação.

Destaca-se ainda, que as particularidades metodológicas apresentados pela OS no RGR (regionalização e recorte de público do projeto) são pontos constantemente revisitados para que não inviabilizem a execução das ações. Tampouco descaracterizam o Programa Mediação de Conflitos, que tem como essência o caráter territorial e comunitário. Durante o tempo de vigência do projeto, é possível perceber que o caráter inovador do programa possibilitou que as equipes construíssem intervenções assertivas e consolidassem a prática com ações inventivas. O acompanhamento próximo da OS, via supervisão metodológica, é essencial para que a essência desta política pública não se perca. Ressalta-se, ainda, a expertise metodológica do PMC na condução das pautas que versam sobre o recorte de gênero de forma interseccional e intersetorial.



No que se refere à CEAPA, assim como no indicador 6.2, o **indicador 6.3** supera a meta pactuada. Destaca-se que nesse indicador ocorreu a contribuição de todas as UPCs, que alcançaram a meta individual em todos os meses do período em análise. Tal contexto pode ter sido favorecido pois, no que cabe ao Programa Ceapa "esse é um indicador que versa sobre frente não direta com o público", portanto é possível que as ações de rede sejam executadas sem sofrer tanto impacto quando o fluxo com o Poder Judiciário não estão consolidados. Inclusive essas ações podem ser estratégicas para superação desse cenário.

Nesse indicador, assim como no de atendimentos e no período anterior, destaca-se o número de 93 ações de rede do município de Barbacena. Consoante com a OS "as demandas junto aos casos levaram a equipe à promoção de encaminhamentos para a rede de proteção e estabelecimento de espaços de discussão de casos com equipamentos".

Já a UPC de Curvelo, embora tenha alcançado a meta individual, apresenta um número de apenas 11 ações no referido período avaliatório. O que pode ser justificado devido "baixo índice de público inscrito, que consequentemente gera redução do número de encaminhamentos para os equipamentos públicos, bem como pouca demanda que fomenta a discussão de casos".

Em Pouso Alegre, embora ainda não tenha recebido público para realização de atendimentos e/ou grupos, reitera-se a importância de seguir investindo nessa frente de trabalho inclusive para consolidar os programas no âmbito do projeto. E, além disso, reverter a situação do fluxo com os órgãos do Sistema de Justiça Criminal para que ocorra o encaminhamento das pessoas para inclusão nas ações de responsabilização para homens autores de violências contra a mulher.

E conforme mencionado no relatório anterior, embora Curvelo e Pouso Alegre realizem ações junto à rede de apoio segue-se esperando que ocorra um impacto prático dessas ações na consolidação do programa nos municípios, inclusive com o fortalecimento da porta de entrada e do número de pessoas encaminhadas para o Programa Ceapa, impactando positivamente nos indicadores.



Área Temática 7: Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
165	353	213,9%

Indicador 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
450	548	121,7%

Indicador 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas

Meta	Resultado	Desempenho
120	234	195%

Todas as análises dos indicadores do Programa Selo Prevenção Minas (7.1, 7.2 e 7.3) trouxeram um quadro com o detalhamento do desempenho do indicador em relação ao atual período avaliatório (abril, maio e junho). Porém, os números da coluna "total" somam os resultados alcançados desde o início do ano (janeiro), o que não ficou claro como está apresentado, conforme abaixo:

7.1 - Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas				
Municípios	Abril	Maio	Junho	Total
RISP 10 (Patos de Minas)	50	87	50	353
Total	50	87	50	353

Fonte: RGR, p. 96

Sugere-se, portanto, que tais tabelas possam vir com um descritivo da quantidade alcançada nos períodos avaliatórios anteriores, para que seja facilitado o entendimento, como no exemplo a seguir:

8.1 - Número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade						
Atividade	17º PA	Abril	Maio	Junho	Total	
Supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais	80	28	38	56	202	

Fonte: RGR p. 107

Quanto ao **indicador 7.1**, a meta foi superada significativamente (113,93% a mais do que o esperado). Referida superação no primeiro período avaliatório (jan-mar) foi determinante para elevar esse número. No 17º PA a meta era de 75 ações e houve 166 articulações de rede, superando em 121,33% a meta estabelecida.

Já para este último trimestre (abr-jun), referente ao 18º PA, houve uma redução nessa variação, ainda que a meta tenha também sido superada. Para o segundo trimestre do ano, a meta era de 90 articulações e foi atingido o numerário de 187, ultrapassando em 107,77%.

Nesse sentido, na pág. 96 do RGR existe um erro de cálculo. O texto descreve que "cumpre destacar que realizamos 187 articulações de rede neste trimestre, ultrapassando 7,77% daquilo que era previsto para o momento" (RGR, p. 96), sendo que a porcentagem real se refere à 107,77% e não 7,77% como mencionado.

Tal superação da meta **sinaliza uma necessidade de alteração para o próximo termo aditivo, que já se encontra em fase de discussão e elaboração**. As metas mensais de articulação de rede deverão ser revistas, bem como deverá ser realizada uma qualificação junto à equipe de ponta sobre a contabilização destes números. É possível que ações frágeis (ligações sem um objetivo específico de articulações, etc.) estejam sendo contabilizadas neste indicador, o que deve ser retificado, caso exista, a partir dos próximos meses. **Nesse sentido, sinaliza-se a necessidade de um estudo mais detalhado sobre as ações sinalizadas neste relatório que porventura são contabilizadas para fins deste indicador.**

Ainda que a meta tenha sido alcançada significativamente, algumas alterações na equipe da RISP 10, ou seja, na UPC de Patos de Minas podem também ter afetado o indicador, seja para mais ou para menos:

- Licença-maternidade da gestora a partir de maio;
- Aquisição de carro e contratação de motorista para atender o programa a partir de maio;
- Contratação da gestora interina, em exercício desde 01/06/2023;
- Saída do técnico administrativo e abertura de novo processo seletivo;
- Licença-saúde de uma analista, a partir de junho, por 60 dias.

Nesse sentido, sinaliza-se que a Unidade de Prevenção RISP 10 - Patos de Minas vem enfrentando desafios no que diz respeito à equipe técnica. Alguns conflitos internos e questões inerentes à equipe foram identificados, o que levou à abertura da Comissão de Avaliação de duas analistas. pelo Instituto ELO. Logo após a abertura das comissões, uma das analistas saiu de licença-saúde devido a questões relacionadas à saúde mental. Reforça-se, portanto, a necessidade de uma maior proximidade com essa equipe e acompanhamento próximo do trabalho, de modo a minimizar tais impactos e garantir a continuidade do programa.

Por fim, reforça-se, que o alcance superior da meta durante esse ano é esperado, tendo em vista que é o primeiro ano em que esse indicador, com as novas configurações, é monitorando, tendo sido a meta estabelecida com base em uma projeção, sem precisão em relação ao quantitativo mensal que seria alcançado, visto que não havia um V₀ (valor inicial de referência).

No tocante ao **indicador 7.2**, também houve uma superação da meta, porém, com uma variação dentro do esperado (não tão superior quanto o indicador 7.1). De abril a junho foram realizadas 09 capacitações, alcançando 266 participantes e contemplando 101 instituições de 14 municípios (o que representa, em termos de municípios, 60,86% de toda Risp 10).

Destaca-se, para esse período avaliatório, o início de duas novas modalidades de formação: formações *on-line* e formações em um município sede contemplando mais municípios da região (capacitações feitas para agrupamento de municípios). Dessa forma, visa-se a otimização de recursos e de tempo, além de promover maior integração entre municípios limítrofes. Além disso, destacam-se dois novos temas das formações:

- Elaboração de Diagnósticos Municipais de Segurança Cidadã
- Atendimento e escuta qualificada como estratégia para enfrentamento às vulnerabilidades e prevenção às violências

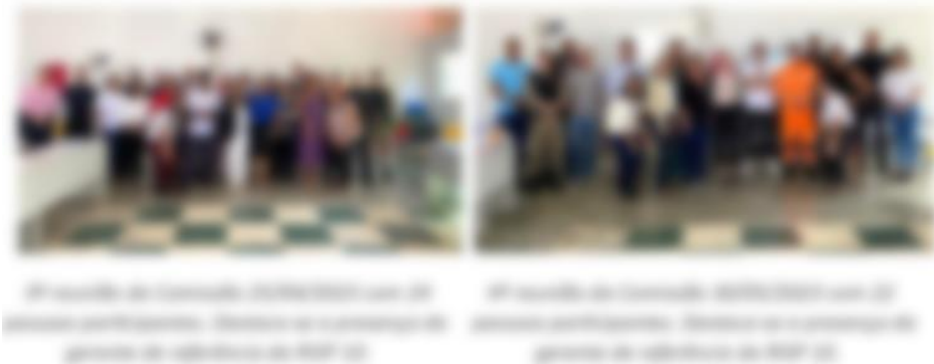
Tal ampliação do repertório da equipe no tocante às temáticas de formação deve-se, sobretudo, ao esforço da Supervisão Metodológica e Coordenação Estadual para capacitar a equipe e ampliar o olhar sobre as possibilidades de atuação nas temáticas de prevenção.

Assim como os demais indicadores, no **indicador 7.3** a meta estabelecida também foi superada. Para o alcance são contabilizadas as pessoas participantes de três possibilidades diferentes de espaços institucionais:

1. Número de pessoas participantes nos espaços formais de participação com o viés de segurança pública promovidos pelo programa.
2. Número de pessoas participantes nos espaços de rede nas temáticas de prevenção social à criminalidade promovidos pelo programa.
3. Número de pessoas participantes nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade.

Quanto às ações desenvolvidas pela equipe, destaca-se, sobretudo, os itens 1 e 3, visto que ainda não foram realizadas ações do tipo 2 na RISP 10.

Em relação às reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade, entre janeiro e junho foram realizadas 5 reuniões, contando com o total acumulado de 142 participações, o que significa a média de 28 participantes por reunião. Para a consolidação desse espaço, destaca-se a presença da Coordenação Estadual através da Gerente de referência da RISP 10 em três das 5 reuniões (fevereiro, abril e maio).



Já no tocante aos espaços formais de participação da pauta de Segurança Pública, promovidos pelo Programa, durante esse período avaliatório foram realizados 3 encontros, contando com o total acumulado de 92 participações, o que significa a média de 30 participantes por evento realizado. Entre abril e junho foram realizados duas capacitações a saber:

- Roda de conversa sobre “Prevenção à criminalidade e comunicação não violenta” para o público atendimento pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Patos de Minas;
- Roda de conversa sobre “Prevenção ao abuso e exploração sexual contra a criança e adolescente” para os pais e responsáveis dos alunos da rede de ensino municipal de Lagamar.

Destaca-se, portanto, a primeira ação de participação social realizada presencialmente fora do município de Patos de Minas, marco histórico para o Programa.

Novamente, conforme mencionado no último Relatório de Monitoramento, nas págs 149 e 150, ao se analisar o desempenho dos Programas, **todos os outros 5 programas da política são citados, exceto o Programa Selo Prevenção Minas.**

Mais uma vez, reforça-se que tal fato pode ter se dado devido às recentes mudanças nos indicadores para o ano atual (o que inviabiliza a comparação com anos anteriores), porém, faz-se necessária alguma consideração ou ressalva para que o programa não passe despercebido nas análises e críticas gerais da execução da política pública.

Em relação às metas, reforça-se, como trazido no RGR, a necessidade de repactuação das metas dos indicadores do Programa Selo Prevenção Minas (7.1 e 7.3) para o próximo aditivo ao Contrato de Gestão (RGR, p.106), tendo em vista o alcance muito superior aos pactuados.

No mais, conforme abordado no RGR, “as construções coletivas do trabalho entre o Instituto Elo e a SUPEC tem favorecido a execução” (RGR p. 106). A execução de um programa inovador, que busca consolidar a atuação dos municípios mineiros em prevenção à criminalidade, só tem sido possível pelo esforço conjunto entre Estado e Instituto Elo em executar, qualificar e aprimorar a metodologia.

Complementarmente às análises trazidas no RGR em relação ao monitoramento dos indicadores, segue detalhamento das ações do Programa desde o início de suas atividades na RISP (maio de 2022) a junho de 2023. Tal análise faz-se importante no contexto do monitoramento, tendo em vista que o Programa Selo Prevenção Minas, em sua execução regional, ainda está em processo de amadurecimento metodológico e a RISP 10 é piloto deste modelo. Para além dos indicadores já mensurados, busca-se demonstrar a abrangência e o impacto do programa em sua totalidade. De janeiro de 2022 até junho de 2023 foram contemplados 20 municípios da RISP com pelo menos alguma ação presencial do programa, destacando-se:

- 2 municípios contemplados com o Eixo Certifica
- 1 Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade instituída, contando com um cumulativo de 142 pessoas participantes e 5 reuniões executadas
- 20 municípios contemplados com alguma atividade de formação presencial
- 34 atividades de formação realizadas, sendo 32 presenciais, contemplando um número acumulado de 1.282 pessoas
- 7 ações de participação social realizadas, entre fóruns e rodas de conversa, contemplando um número acumulado de 255 pessoas

Dessa forma, nota-se que, mesmo com apenas uma unidade física (UPC) a abrangência do programa na RISP é muito exitosa, contribuindo para a capilaridade da Política Estadual de Prevenção à Criminalidade. O alcance dos resultados foi possível a partir do trabalho de uma equipe de 7 profissionais (1 gestora, 3 analistas, 1 técnico administrativo, 1 estagiário e 1 motorista) e pode ser atribuído também ao esforço conjunto entre Estado e OS, à inovação proposta pelo programa e sua adaptabilidade ao cenário local.

A seguir, quadro com resumo das ações do Programa Selo Prevenção Minas na RISP 10, por eixo de execução e por município. Além disso, segue mapa da RISP com a sinalização da abrangência do programa.

AÇÕES DO SELO NA RISP 10 POR EIXO E POR MUNICÍPIO MAI/22 A JUN/23													
Mês de referência: junho/23	MUNICÍPIO	MONITORAMENTO DE VÍNCULO	CERTIFICA			EM CURSO			CONSULTORIA		AÇÕES TRANSVERSAIS		
			Executa do?	Qtd. Reuniões CMPC	Qtd. Pessoas part. CMPC (acumuladas)	Executa do?	Qtd. de capac. presenciais no município	Qtd. pessoas part. (acumuladas)	Executa do?	Qts. de consultorias realizadas	Executa do?	Qtd. de ações realizadas	Qtd. de pessoas participantes (acumuladas)
Legenda Certifica Em Curso Consultoria Certifica + Em Curso Certifica + Consultoria Em Curso + Consultoria Certif. + Em Cur. + Certif. Ainda não contemplado	Abadia dos Dourados		não	-	-	sim	1	16	não	-	não	-	-
	Arapuá		não	-	-	sim	1	42	não	-	não	-	-
	Carimo do Paranaíba		não	-	-	sim	1	42	não	-	não	-	-
	Coromandel		não	-	-	sim	1	16	não	-	não	-	-
	Cruzeiro da Fortaleza		não	-	-	sim	2	77	não	-	não	-	-
	Douradoquara		não	-	-	não	0	0	não	-	não	-	-
	Gulmarânia		não	-	-	sim	1	31	não	-	não	-	-
	Irai de Minas		não	-	-	sim	1	50	não	-	não	-	-
	Lagamar		não	-	-	sim	2	126	não	-	sim	1	34
	Lagoa Formosa		não	-	-	sim	2	93	não	-	não	-	-
	Lagoa Grande		não	-	-	sim	1	37	não	-	não	-	-
	Matutina		não	-	-	sim	1	17	não	-	não	-	-
	Monte Carmelo		não	-	-	não	0	0	não	-	não	-	-
	Patos de Minas		sim	5	142	sim	4	194	não	-	sim	8	221
	Patrocínio		não	-	-	não	0	0	não	-	não	-	-
	Presidente Olegário		não	-	-	sim	2	57	não	-	não	-	-
	Rio Paranaíba		não	-	-	sim	3	82	sim	1	não	-	-
	Romaria		não	-	-	sim	1	26	não	-	não	-	-
Total de municípios contemplados 20	São Gonçalo do Abaeté		não	-	-	sim	3	83	não	-	não	-	-
	São Gotardo		sim	9	9	sim	2	118	não	-	não	-	-
	Serra do Salitre		não	-	-	sim	3	129	não	-	não	-	-
	Tiros		não	-	-	sim	1	34	não	-	não	-	-
	Varão de Minas		não	-	-	sim	1	17	não	-	não	-	-
	TOTAL		2	5	142	20	34	1282	-	1	-	9	255



Área Temática 8: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 8.1. Número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
120	202	168,3%

Indicador 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade		
Meta	Resultado	Desempenho
392	451	115%

Indicador 8.3. Número acumulado de participantes em Capacitações		
Meta	Resultado	Desempenho
56	2600	4642,8%**

Indicador 8.4. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto		
Meta	Resultado	Desempenho
15	8,1	185,2%

No que se refere aos **indicadores 8.1, 8.2 e 8.3**, reforça-se a **necessidade de aprofundamento na análise qualitativa acerca da supervisão da gestão e metodológica, bem como das capacitações ofertadas**. Constatou-se a necessidade da OS descrever de forma mais ampla o trabalho realizado pelas supervisões para fins de qualificação do trabalho da equipe, considerando que apenas foram apresentados quadros com os números de supervisões e de capacitações realizadas, bem como o número de participantes, o que dificulta a possibilidade de monitoramento dessas ações.

Considerando a atuação das supervisões no âmbito do desenvolvimento dos gestores e da atuação metodológica das equipes técnicas, avalia-se a importância que a OS possa elencar os elementos explicativos sobre os pontos de desenvolvimento trabalhados, as dificuldades enfrentadas, dentre outros, no intuito de agregar às informações sobre o trabalho e ampliar a compreensão no âmbito do monitoramento e avaliação.

Ainda sobre o indicador 8.2, diferentemente do último RGR, a análise do 18º PA trouxe de forma específica, assim como feito com os demais programas, as supervisões realizadas junto à equipe do Programa Selo Prevenção Minas, a saber, 15 supervisões entre abril e junho (5 por mês). Acerca do **indicador 8.3**, assim como o indicador anterior, diferentemente do último RGR, a análise do 18º PA trouxe de forma específica, assim como realizado com os demais programas, as capacitações junto à equipe do Programa Selo Prevenção Minas contemplando, a saber, 122 participantes acumulados desde janeiro de 2023.

Especificamente sobre o **indicador 8.3**, é importante destacar que após a avaliação do último período avaliatório, verificou-se que, provavelmente, a meta prevista para o indicador foi mensurada no quantitativo de capacitações e não no quantitativo de participantes, gerando o descalibre nos resultados. **Nesse sentido, a revisão das metas no Programa de Trabalho se encontra em construção para o próximo aditamento**. Considera-se ainda relevante reforçar aspectos qualitativos das capacitações desenvolvidas e seus objetivos, o desenvolvimento dos profissionais da política, a aderência aos desafios e questões atinentes à execução diárias dos trabalhos.

Por fim, observou-se um erro na pág. 95, que diz: *"No dia 29 de junho de 2023, ocorreu uma capacitação referente ao programa Se Liga de tema "Redes de Proteção e Interseccionalidade: Uma perspectiva de inclusão social diante das adversidades", com comparecimento de 24 pessoas, do Se Liga BH e JF e Selo Prevenção Minas"*. A referida capacitação não é referente ao Programa Se Liga - ou somente a ele - visto que tal construção foi realizada de maneira conjunta entre os Programas Se Liga e a Selo Prevenção Minas, conforme mencionado na p. 98 do RGR.

Reforça-se a necessidade de elencar no RGR os dados dos Programas Selo e Se Liga de maneira específica, assim como é realizado com os demais programas, já que os mesmos já estão consolidados na Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade.

A título de complementação, acrescenta-se algumas das capacitações oferecidas:

- 28/04/2023- Capacitação temática: "Violência contra a mulher: manejos e práticas possíveis". No mês de abril as equipes do PMC participaram de uma supervisão temática com o tema: "Violência contra a mulher: manejos e práticas possíveis". Um espaço que teve como objetivo o diálogo sobre as vivências de cada equipe frente aos casos de violência contra as mulheres que tem se apresentado nos territórios. Quais são os maiores desafios enfrentados para encaminhamento dos casos e quais as formas de intervenções para o enfrentamento a essas violências. Quantidade de participantes: 112



O encontro marca as discussões realizadas em comissões do Programa Mediação de Conflitos que tem como proposta esse ano trabalhar as diversas violências enfrentadas pelos nossos públicos, que são diversos e plurais. Participaram como Palestrantes [REDACTED] e [REDACTED] que possuem ampla expertise na pauta sobre a resistência e a luta da população LGBTQIAPN+. Esta formação também proporcionou marcar o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+, que é comemorado no dia 28/06, com objetivo de fomentar as equipes do PMC intervenções dentro dessa temática no mês de junho.



O encontro temático teve como proposta dividir as equipes em pequenos grupos junto com seus supervisores metodológicos, com objetivo de proporcionar um espaço mais amplo e dialógico para o debate. Neste espaço as equipes puderam levar os casos que se assemelham com a temática proposta, aprofundando na discussão para possibilidade de novas intervenções frente aos desafios encontrados.

Quantidade de participantes: 112

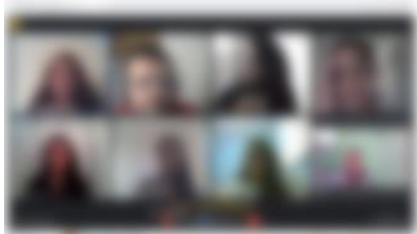
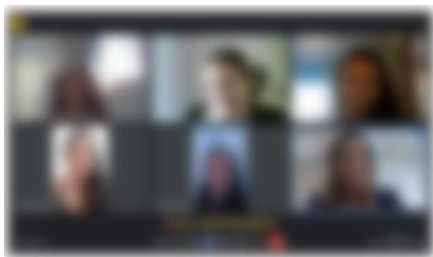


Neste período avaliatório todas as equipes que compõem o projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher tiveram alterações no seus quadros de funcionários de analistas sociais, com isso a OS junto com a SUPEC realizaram a formação inicial, que teve como objetivo apresentação do Programa Mediação de Conflitos, as formas de atendimentos, apresentação dos indicadores dos programas e instrumentais.

A formação inicial foi dividida em dois dias, sendo que no segundo momento a AGI atuou na apresentação dos relatórios qualitativos e quantitativos.

Quantidade de participantes - 17/05/2023: 6

Quantidade de participantes - 19/05/2023: 8



Área Temática 9: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 9.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Territorial		
Meta	Resultado	Desempenho
28	30	110,71%

Indicador 9.2 Número de relatórios de gestão dos Programas		
Meta	Resultado	Desempenho
9	9	100%

Quanto aos Programas Fica Vivo e Se Liga os relatórios previstos foram entregues, tempestivamente, e de modo satisfatório pela OS. Sobre os Relatórios Gerais do Programa Selo Prevenção Minas, a Coordenação do Programa sinaliza que todos os erros sinalizados no último Relatório de Monitoramento no tocante à descrição deste indicador foram sanados.

Destaca-se, portanto, a qualidade dos relatórios entregues, que teve um salto qualitativo quando comparado aos anteriores.

Área Temática 10: Gestão da Parceria

Indicador 10.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	100%	100%

A Checagem Amostral, prevista no Decreto Estadual nº 47.553/18, referente ao 18º período avaliatório, que compreende os meses de abril a junho de 2023 foi realizada pela Comissão de Monitoramento, em formato digital por meio do encaminhamento dos processos por e-mail e disponibilização de links, entre os dias 14/07 e 01/08.

Foram verificados 80 processos, sendo que para 13 deles foram verificadas inconformidades. Contudo, na Checagem de Efetividade foram sanadas as inconformidades e complementadas informações relevantes à Comissão de Monitoramento para análise dos mesmos, alcançando 100% de conformidade.

Destaca-se que, conforme verificado na Checagem, **a importância da reavaliação das descrições das atribuições/funções a serem desempenhadas por cada cargo nos editais dos processos seletivos, para fins de maior aderência ao objetivo da vaga/cargo, haja vista abarcar a amplitude das particularidades de cada programa, possibilitando assim futuros remanejamentos das equipes entre as UPCs.**

Indicador 10.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	100%	-

O indicador 10.2 será discutido e avaliado, oportunamente, na reunião da Comissão de Avaliação. Por ora, informa-se que as fontes de comprovação foram enviadas à SEPLAG para cômputo do indicador.

3 – DETALHAMENTO DA REALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Quanto aos produtos, reitera-se que no RGR não devem ser tratados como área temática dentro do quadro de indicadores, uma vez que há um quadro específico de produtos com suas respectivas áreas temáticas, pesos, descrições e prazos.

Neste Período Avaliatório, foi entregue o **Produto 2.1 – Diagnóstico e mapeamento de municípios e territórios estratégicos para implantação de UPCs de Base Territorial**. Conforme exposto no RGR, devido a erro material, esse produto teve seu prazo corrigido para o mês de maio de 2023, mediante Termo de Alteração Simples ao Contrato de Gestão nº 02/2019.

O relatório do produto foi encaminhado pela OS em 22 de maio e validado pela SUPEC em 31 de maio de 2023, e será também disponibilizado aos integrantes da Comissão de Avaliação.

Em síntese, o objetivo deste produto foi obter informações consolidadas para a avaliação sobre municípios e territórios cujas características possam embasar a implantação de UPCs de base territorial em Minas Gerais. Para tal, foram avaliadas três características: Presença do GEPAR, ausência de UPC de base territorial, e população municipal superior a 100 mil habitantes. Cabe destacar que os critérios abarcados nesta análise não esgotam os fatores a serem analisados para uma efetiva implantação de UPC de Base Territorial, mas subsidiam um ponto de partida para que possam ser realizadas leituras mais aprofundadas e complementares à tomada de decisões, incorporando outros fatores e elementos analíticos.

Destaca-se também nesse produto a possibilidade de visualização dos dados em diferentes filtros na ferramenta de *dashboard* - Power BI, o que favorece ainda mais a análise, destacando a funcionalidade do produto entregue.

4 – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Recurso Estadual - Memória de Cálculo A

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	1.285.175,00	417.902,57	32,52%
2	Oficinas do Programa Fica Vivo!	6.543.600,00	2.197.827,63	33,59%
3	Capacitações da equipe contratada	714.200,00	29.670,61	4,15%
4	Deslocamento da equipe contratada	90.000,00	19.663,87	21,85%
5	Acompanhamento in loco da Supervisão no interior	226.800,00	31.785,57	14,01%
6	Projetos de Prevenção à Criminalidade	456.000,00	175.122,62	38,40%
7	Olimpíadas do Programa Fica Vivo!	870.000,00	-	-
8	Ações do Programa Selo Prevenção Minas	72.400,00	2.193,15	3,03%
9	Ações do Programa Se Liga	156.000,00	3.443,57	2,21%
10	Emenda: Fóruns Multiterritoriais	-	-	-
11	Oficinas do Programa Mediação de Conflitos	414.960,00	168.407,55	40,58%
12	Emenda: Formação e Capacitação de Referências Comunitárias para Atuação Como Agentes de Segurança Cidadã	-	-	-
13	Emenda: Capacitação de Oficineiros no Programa Fica Vivo	-	-	-
14	Emenda: Qualificação e empreendedorismo de adolescentes e jovens atendidos pelos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade	-	-	-
15	Emenda: Se Liga (Circuito Liberdade)	165.000,00	91.898,61	55,70%
16	Manutenção, Estruturação, Adequação e Conservação de UPCs e sede administrativa	320.000,00	125.684,57	39,28%
17	Bem estar social	9.000,00	1.409,25	15,66%
18	Vales Sociais para os programas de prevenção	168.000,00	14.214,95	8,46%
19	Prevenção à saúde dos profissionais	6.000,00	739,32	12,32%
Total		11.497.135,00	3.279.963,84	

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Ins

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubr
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/202
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/202
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	15.398.856,29	12.617.958,34	10.335.571,45	16.268.937,97	12.986.084,54	10.371.559,56	17.606.629,66	17.606.629,66	17.606.629,66	17.606.629,6
(E) Total de Entradas de Recursos	5.088,41	91.955,13	8.599.123,67	123.324,40	128.855,98	10.346.892,22	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	2.785.986,36	2.374.342,02	2.665.757,15	3.406.177,83	2.743.380,96	3.111.822,12	-	-	-	-
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	12.617.958,34	10.335.571,45	16.268.937,97	12.986.084,54	10.371.559,56	17.606.629,66	17.606.629,66	17.606.629,66	17.606.629,66	17.606.629,6

(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	1.050,00
(PP) Provisonamentos de Pessoal	6.269.918,67
(C) Recursos Comprometidos	1.867.225,05
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	3.594.175,51
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C-AR)	5.874.260,43

Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)

	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA
Saldo Extrato C/C no período	-	-	-	-
Saldo Extrato CI no período	16.268.937,97	17.606.629,66	-	-
Saldo Fundo Fixo no período	-	-	-	-
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	16.268.937,97	17.606.629,66	-	-
(G) CONFERENCIA (SA) - (SF) = 0,00	-	-	17.606.629,66	17.606.629,66

Movimentação Financeira da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	2.520.612,55
Transferência para Reserva de Recursos	674.876,90
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	154.092,60
Gastos da Reserva de Recursos	4.492,38
Saldo da Reserva de Recursos	3.345.089,67

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL
1 Entrada de Recursos	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	
1.1 Receitas												
Repasses do												
1.1.1 Contrato de Gestão	8.347.035,89	-	-	10.134.653,09	-	-	-	-	-	-	-	18.481.688,98
1.1.2 Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4 Outras Receitas	9.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.000,00
2.1 Rendimentos de Aplicações Fin.	5.088,41	91.955,13	136.053,88	123.324,40	128.855,98	111.814,31	-	-	-	-	-	597.092,11
(E) Total de Entradas:	8.361.124,30	91.955,13	136.053,88	10.257.977,49	128.855,98	111.814,31	-	-	-	-	-	19.087.781,09
Saída de Recursos												
2	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL
2.1 Gastos com Pessoal												
2.1.1 Salários	1.451.363,82	1.458.440,18	1.458.440,18	1.458.440,18	1.470.810,75	1.474.319,49	-	-	-	-	-	8.771.814,60
2.1.2 Estagiários	99.960,00	99.960,00	99.960,00	99.960,00	99.960,00	99.960,00	-	-	-	-	-	599.760,00
2.1.3 Encargos	583.837,04	587.544,68	587.544,68	587.544,68	592.785,34	594.417,98	-	-	-	-	-	3.533.674,40
2.1.4 Benefícios	395.951,96	397.818,83	397.818,83	397.818,83	401.067,19	403.026,84	-	-	-	-	-	2.393.502,48
Subtotal (Pessoal):	2.531.112,82	2.543.763,69	2.543.763,69	2.543.763,69	2.564.623,28	2.571.724,31	-	-	-	-	-	15.298.751,48
2.2 Gastos Gerais	1.106.585,00	1.326.465,00	627.065,00	692.165,00	617.165,00	786.965,00	-	-	-	-	-	5.156.410,00
2.3 Bens Permanentes	57.760,00	754.200,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	811.960,00
2.4 para Reserva de Recursos	5.088,41	91.955,13	136.053,88	123.324,40	128.855,98	111.814,31	-	-	-	-	-	597.092,11
(S) Total de Saídas:	3.700.546,23	4.716.383,82	3.306.882,57	3.359.253,09	3.310.644,26	3.470.503,62	-	-	-	-	-	21.864.213,59

Realizado												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL
1 Entrada de Recursos	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	

Realizado
(/) Previsto (-) Realizado

1.1 Receitas															
Repasses do															
1.1.1	Contrato de	8.462.469,79	-	-	10.234.627,91	-	-	-	-	-	-	-	18.697.097,70	101,17%	(215.408,72)
Gestão															
Receita															
1.1.2	Arrecadada em	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Função do CG															
1.1.4	Outras Receitas	-	-	600,00	-	-	450,00	-	-	-	-	-	1.050,00	11,67%	7.950,00
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	5.088,41	91.955,13	136.053,88	123.324,40	128.855,98	111.814,31	-	-	-	-	-	597.092,11	100,00%	-
(E) Total de Entradas:		8.467.558,20	91.955,13	136.653,88	10.357.952,31	128.855,98	112.264,31	-	-	-	-	-	19.295.239,81	101,09%	(207.458,72)
2	Saída de Recursos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL	Realizado (I)	Previsto (-) Realizado
2.1 Gastos com Pessoal															
2.1.1	Salários	1.110.413,75	1.163.174,25	1.204.679,62	1.246.366,56	1.269.153,27	1.263.611,55	-	-	-	-	-	7.257.399,00	82,74%	1.514.415,60
2.1.2	Estagiários	75.378,29	70.129,53	67.214,92	70.817,46	72.458,72	77.002,90	-	-	-	-	-	433.001,82	72,20%	166.758,18
2.1.3	Encargos	573.242,04	549.452,27	541.701,05	550.365,03	571.235,73	564.786,73	-	-	-	-	-	3.350.782,85	94,82%	182.891,55
2.1.4	Benefícios	158.403,63	356.147,10	413.612,68	399.106,43	422.414,39	424.336,29	242.388,01	-	-	-	-	2.416.408,53	100,96%	(22.906,05)
Subtotal (Pessoal):		1.917.437,71	2.138.903,15	2.227.208,27	2.266.655,48	2.335.262,11	2.329.737,47	242.388,01	-	-	-	-	13.457.592,20	87,97%	1.841.159,28
2.2	Gastos Gerais	614.104,76	514.909,03	572.440,49	690.654,52	751.957,02	600.064,92	-	-	-	-	-	3.744.130,74	72,61%	1.412.279,26
Aquisição de															
2.3	Bens	28.250,22	1.274,88	511.502,57	119.047,57	127.359,89	2.509,89	-	-	-	-	-	789.945,02	97,29%	22.014,98
Permanentes															
Transferência															
2.4	para Reserva de Recursos	5.088,41	91.955,13	136.053,88	123.324,40	128.855,98	-	-	-	-	-	-	485.277,80	81,27%	111.814,31
(S) Total de Saídas:		2.564.881,10	2.747.042,19	3.447.205,21	3.199.681,97	3.343.435,00	2.932.312,28	242.388,01	-	-	-	-	18.476.945,76	84,51%	3.387.267,83

Recurso do Convênio Federal nº 891551/2019- Presp - Memória de Cálculo B

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (I) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	1.200,00	-	-
2	Acompanhamento in loco da supervisão no interior	-	-	-
3	Cursos de Qualificação Profissional	-	-	-
Total		1.200,00	-	-

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
01/01/202301/02/202301/03/202301/04/202301/05/202301/06/202301/07/202301/08/202301/09/202301/10/202301/11											
a a a a a a a a a a a											
31/01/202328/02/202331/03/202330/04/202331/05/202330/06/202331/07/202331/08/202330/09/202331/10/202330/11											
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	340.270,16	233.614,27	169.407,97	381.985,32	308.018,44	229.357,19	152.475,62	152.475,62	152.475,62	152.475,62	152.
(E) Total de Entradas de Recursos	65,76	1.583,75	289.562,42	2.917,31	2.890,11	1.990,79	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	106.721,65	65.790,05	76.985,07	76.884,19	81.551,36	78.872,36	-	-	-	-	-
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	233.614,27	169.407,97	381.985,32	308.018,44	229.357,19	152.475,62	152.475,62	152.475,62	152.475,62	152.475,62	152.
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(PP) Provisões de Pessoal	171.900,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Recursos Comprometidos	44.539,87	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C-AR)	(63.964,65)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)

1º PA 2º PA 3º PA 4º PA

Saldo Extrato C/C no período	-	-	-	-
Saldo Extrato CI no período	381.985,32	152.475,62	-	-
Saldo Fundo Fixo no período	-	-	-	-
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	381.985,32	152.475,62	-	-
(G) CONFERENCIA (SA) - (SF) = 0,00	-	-	152.475,62	152.475,62

Movimentação Financeira da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	52.344,77
Transferência para Reserva de Recursos	13.961,72
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	3.199,50
Gastos da Reserva de Recursos	-
Saldo da Reserva de Recursos	69.505,99

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto							
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	TOTAL
1 Entrada de Recursos	01/01/2023 a 31/01/2023	01/02/2023 a 28/02/2023	01/03/2023 a 31/03/2023	01/04/2023 a 30/04/2023	01/05/2023 a 31/05/2023	01/06/2023 a 30/06/2023	
1.1 Receitas							
1.1.1 Repasses do Contrato de Gestão	287.413,50	-	-	194.641,75	-	-	482.055,25
1.1.2 Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-
2.1 Rendimentos de Aplicações Fin.	65,76	1.583,75	2.148,92	2.917,31	2.890,11	1.990,79	11.596,64
(E) Total de Entradas:	287.479,26	1.583,75	2.148,92	197.559,06	2.890,11	1.990,79	493.651,89
Realizado							
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	TOTAL
2 Saída de Recursos							
2.1 Gastos com Pessoal							
2.1.1 Salários	54.461,98	54.461,98	54.461,98	54.461,98	54.461,98	54.461,98	326.771,88
2.1.2 Estagiários	4.080,00	4.080,00	4.080,00	4.080,00	4.080,00	4.080,00	24.480,00
2.1.3 Encargos	22.590,47	22.590,47	22.590,47	22.590,47	22.590,47	22.590,47	135.542,82
2.1.4 Benefícios	15.988,42	15.988,42	15.988,42	15.988,42	15.988,42	15.988,42	95.930,52
Subtotal (Pessoal):	97.120,87	97.120,87	97.120,87	97.120,87	97.120,87	97.120,87	582.725,22
2.2 Gastos Gerais	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	1.200,00
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.4 Transferência para Reserva de Recursos	65,76	1.583,75	2.148,92	2.917,31	2.890,11	1.990,79	11.596,64
(S) Total de Saídas:	97.386,63	98.904,62	99.469,79	100.238,18	100.210,98	99.311,66	595.521,86
Realizado							
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	TOTAL
1 Entrada de Recursos	01/01/2023 a 31/01/2023	01/02/2023 a 28/02/2023	01/03/2023 a 31/03/2023	01/04/2023 a 30/04/2023	01/05/2023 a 31/05/2023	01/06/2023 a 30/06/2023	
1.1 Receitas							
1.1.1 Repasses do Contrato de Gestão	287.413,50	-	-	-	-	-	287.413,50
1.1.2 Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-
2.1 Rendimentos de Aplicações Fin.	65,76	1.583,75	2.148,92	2.917,31	2.890,11	1.990,79	11.596,64
(E) Total de Entradas:	287.479,26	1.583,75	2.148,92	2.917,31	2.890,11	1.990,79	299.010,14
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	TOTAL
2 Saída de Recursos							
2.1 Gastos com Pessoal							
2.1.1 Salários	39.916,70	46.761,77	48.252,69	48.847,15	46.660,49	41.851,14	272.289,94
2.1.2 Estagiários	3.389,09	2.910,00	2.870,00	3.174,34	3.191,66	3.688,41	19.223,50

Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
59,62%	194.641,75
-	-
-	-
100,00%	-
60,57%	194.641,75
Realizado (/) Previsto	Previsto (-) Realizado
83,33%	54.481,94
78,53%	5.256,50

2.1.3 Encargos	21.497,19	21.429,67	22.053,58	22.197,30	21.507,59	21.097,45	129.782,77	95,75%	5.760,05
2.1.4 Benefícios	6.787,78	14.306,57	18.134,73	15.548,35	16.374,75	16.423,20	87.575,38	91,29%	8.355,14
Subtotal (Pessoal):	71.590,76	85.408,01	91.311,00	89.767,14	87.734,49	83.060,20	508.871,59	87,33%	73.853,63
2.2 Gastos Gerais	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	1.200,00
2.3 Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.4 Transferência para Reserva de Recursos	65,76	1.583,75	2.148,92	2.917,31	2.890,11	-	9.605,85	82,83%	1.990,79
(S) Total de Saídas:	71.656,52	86.991,76	93.459,92	92.684,45	90.624,60	83.060,20	518.477,44	87,06%	77.044,42

Recurso do FUNEMP - Memória de Cálculo C

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 3 - Demonstrativo dos Gastos das Atividades do Contrato de Gestão

Nº	Atividades do Contrato de Gestão - Vinculação ao Programa de Trabalho	Previsto	Realizado	Realizado (/) Previsto
1	Área Meio - Atividades e Gastos	139.780,00	25.654,04	18,35%
2	Acompanhamento in loco da Supervisão Metodológica/RH/Monitoramento de Dados/Controle de Patrimônio.	52.500,00	1.215,43	2,32%
3	Cursos de Qualificação Profissional.	-	-	-
4	Manutenção, Estruturação, Adequação e Conservação de UPC's e Sede Administrativa.	7.000,00	2.031,92	29,03%
Total		199.280,00	28.901,39	

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Institu

18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 1 - Resumo das Movimentações Financeiras no Período em Regime de Caixa

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Nove
	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023
(T) Transporte de Saldo Acumulado Anterior	1.022.232,10	932.258,83	854.971,42	740.457,87	625.556,03	498.073,30	367.816,85	367.816,85	367.816,85	367.816,85	367.816,85
(E) Total de Entradas de Recursos	305,58	7.203,90	59.386,59	5.772,44	6.174,37	4.631,63	-	-	-	-	-
(S) Total de Saídas de Recursos	90.278,85	84.491,31	173.900,14	120.674,28	133.657,10	134.888,08	-	-	-	-	-
(SA) Saldo Acumulado (T+E-S)	932.258,83	854.971,42	740.457,87	625.556,03	498.073,30	367.816,85	367.816,85	367.816,85	367.816,85	367.816,85	367.816,85
(A) Saldo de Recursos Arrecadados do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(PP) Provisonamentos de Pessoal	250.562,78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Recursos Comprometidos	83.954,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(AR) Adiantamento de Recursos de Repasse Anterior:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(SR) Saldo Remanescente (SA-A-PP-C-AR)	33.299,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Composição Financeira do Saldo Acumulado (SF)

	1º PA	2º PA	3º PA	4º PA
Saldo Extrato C/C no período	51.139,89	-	-	-
Saldo Extrato CI no período	689.317,98	367.816,85	-	-
Saldo Fundo Fixo no período	-	-	-	-
(SF) (=) Saldo Financeiro no período	740.457,87	367.816,85	-	-
(G) CONFERENCIA (SA) - (SF) = 0,00	-	-	367.816,85	367.816,85

Movimentação Financeira da Reserva de Recursos

Transporte de Saldo da Reserva de Recursos	50.261,81
Transferência para Reserva de Recursos	39.754,71
Rendimentos Financeiros da Reserva de Recursos	4.018,54

Gastos da Reserva de Recursos	-
Saldo da Reserva de Recursos	94.035,06

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo
18º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1 Entrada de Recursos	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	01/12/2023	
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023	
1.1 Receitas													
Repasses do													
1.1.1 Contrato de Gestão Receita	51.139,89	-	-	488.935,80	-	-	-	-	-	-	-	-	540.075,69
1.1.2 Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1 Rendimentos de Aplicações Fin.	305,58	7.203,90	8.246,70	5.772,44	6.174,37	4.631,63	-	-	-	-	-	-	32.334,62
(E) Total de Entradas:	51.445,47	7.203,90	8.246,70	494.708,24	6.174,37	4.631,63	-	-	-	-	-	-	572.410,31
Realizado													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
2 Saída de Recursos													
2.1 Gastos com Pessoal													
2.1.1 Salários	63.129,00	87.224,01	87.224,01	87.224,01	87.224,01	87.224,01	-	-	-	-	-	-	499.249,05
2.1.2 Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1.3 Encargos	27.288,23	37.468,88	37.468,88	37.468,88	37.468,88	37.468,88	-	-	-	-	-	-	214.632,63
2.1.4 Benefícios	20.262,87	29.065,71	29.065,71	29.065,71	29.065,71	29.065,71	-	-	-	-	-	-	165.591,42
Subtotal (Pessoal):	110.680,10	153.758,60	153.758,60	153.758,60	153.758,60	153.758,60	-	-	-	-	-	-	879.473,10
2.2 Gastos Gerais	26.620,00	61.720,00	24.120,00	9.220,00	9.220,00	9.220,00	-	-	-	-	-	-	140.120,00
2.3 Bens	60.886,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.886,00
2.4 para Reserva de Recursos	305,58	7.203,90	8.246,70	5.772,44	6.174,37	4.631,63	-	-	-	-	-	-	32.334,62
(S) Total de Saídas:	198.491,68	222.682,50	186.125,30	168.751,04	169.152,97	167.610,23	-	-	-	-	-	-	1.112.813,72
Realizado													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1 Entrada de Recursos	01/01/2023	01/02/2023	01/03/2023	01/04/2023	01/05/2023	01/06/2023	01/07/2023	01/08/2023	01/09/2023	01/10/2023	01/11/2023	01/12/2023	
	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	
	31/01/2023	28/02/2023	31/03/2023	30/04/2023	31/05/2023	30/06/2023	31/07/2023	31/08/2023	30/09/2023	31/10/2023	30/11/2023	31/12/2023	
1.1 Receitas													
Repasses do													
1.1.1 Contrato de Gestão Receita	51.139,89	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.139,89
1.1.2 Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4 Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1 Rendimentos de Aplicações Fin.	305,58	7.203,90	8.246,70	5.772,44	6.174,37	4.631,63	-	-	-	-	-	-	32.334,62
(E) Total de Entradas:	51.445,47	7.203,90	8.246,70	5.772,44	6.174,37	4.631,63	-	-	-	-	-	-	83.474,51
Realizado													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
2 Saída de Recursos													
2.1 Gastos com Pessoal													
2.1.1 Salários	56.506,34	59.104,07	66.797,88	78.158,76	84.765,68	83.221,71	-	-	-	-	-	-	428.554,44
2.1.2 Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1.3 Encargos	24.469,52	29.705,63	30.220,62	33.521,38	35.954,39	35.565,59	-	-	-	-	-	-	189.437,13
2.1.4 Benefícios	8.001,00	17.620,85	21.269,05	27.080,18	25.820,49	28.681,89	14.443,80	-	-	-	-	-	142.917,26
Subtotal (Pessoal):	88.976,86	106.430,55	118.287,55	138.760,32	146.540,56	147.469,19	14.443,80	-	-	-	-	-	760.908,83
2.2 Gastos Gerais	362,92	1.600,00	17.891,20	11.349,34	1.582,98	2.190,00	-	-	-	-	-	-	34.976,44
2.3 Bens	-	5.458,21	59.578,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65.036,61
2.4 para Reserva de Recursos	305,58	7.203,90	8.246,70	5.772,44	6.174,37	-	-	-	-	-	-	-	27.702,99

(S) Total de Saídas:	89.645,36	120.692,66	204.003,85	155.882,10	154.297,91	149.659,19	14.443,80	-	-	-	-	-	888.624,87	79,85%	224.188,85
----------------------	-----------	------------	------------	------------	------------	------------	-----------	---	---	---	---	---	------------	--------	------------

4.1 – ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo, por e-mail em 11/07/2023. Além disso, todos os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade entre os gastos previstos nas Memórias de Cálculo do Contrato de Gestão nº 02/2019.

Do total de saídas realizadas no 18º período avaliatório foi executado 84,51% do previsto da Memória de Cálculo A (recurso estadual), 87,06% da Memória B (Programa PrEsp) e 79,85% da Memória de Cálculo C (FUNEMP).

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu as suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, nos limites de suas competências preconizados pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018.

Ademais, informa que vem qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio dos servidores da SEJUSP e dos funcionários da OS Instituto Elo.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO

Declaramos ter realizado as rotinas de monitoramento e fiscalização do Contrato de Gestão, supervisionado as ações realizadas pelo Instituto Elo neste período avaliatório e realizado a conferência dos documentos referentes a tais rotinas, no que coube ao presente período avaliatório, tais como: os dados apresentados no Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro; as fontes de comprovação dos indicadores e produtos; os saldos dos extratos bancários das contas vinculadas ao Contrato de Gestão; os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações; documentos fiscais, trabalhistas e previdenciários; o valor do Provisionamento Trabalhista; a relação bens adquiridos pela OS no período; os valores comprometidos, conforme demonstração no Relatório Gerencial Financeiro; a observância dos regulamentos próprios que disciplinam os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras e alienações e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas conforme disposto na legislação pertinente e na metodologia de checagens amostrais periódicas; a adequação das despesas ao objeto do Contrato de Gestão.

Diante das informações assim obtidas, ratifico e atesto a fidedignidade das informações contidas neste relatório.

Belo Horizonte, 03 de agosto de 2023.

Gleysiane Freire Diniz

Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

Luísa de Paulo Longuinho

Supervisora Adjunta do Contrato de Gestão nº 002/2019

Beatriz Barbosa Pena Camargo

Representante da Unidade Jurídica do OEP

Marcus da Silva Resende

Representante da Unidade Financeira do OEP



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 03/08/2023, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luísa de Paulo Longuinho, Servidor(a) Público(a)**, em 03/08/2023, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus da Silva Resende, Servidor**, em 03/08/2023, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Barbosa Pena Camargo, Assessor(a)**, em 03/08/2023, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **70771109** e o código CRC **09447EAB**.